ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *"Ata da Nonagésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Lida e aprovada a Ata de número Cento e Quatro da Nonagésima Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *– Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Renato Câmara, Zeca do PT, Paulo Corrêa, Caravina, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Gleice Jane, Junior Mochi, Lucas de Lima e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelo deputado Gerson Claro.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *– Usou da palavra o deputado Junior Mochi.* ***ORDEM DO DIA*** *– Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 51/2024, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 214/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 105/2024, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 138/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada aos familiares de Francisco Campelo Guerra; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Bianca Hannes; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada à jornalista Maristela Brunetto e ao veículo de comunicação Campo Grande News, pela brilhante matéria publicada no último dia 11 de outubro, contando a história do estado de Mato Grosso do Sul; requerimento do moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao portal de comunicação Top Mídia News, em razão da celebração de seus onze anos de existência e por ter se consolidado como uma referência do jornalismo digital no estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), em razão da interceptação de um comboio durante a realização uma operação na região de Japorã e Sete Quedas, que resultou na recuperação de seis caminhonetes e na apreensão de cerca de vinte toneladas de maconha. O deputado Caravina pediu vista do Protocolo nº 3.193/2024. Requerimento de informações, de autoria do deputado Roberto Hashioka; requerimentos de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Paulo Duarte, Zeca do PT, Caravina, Antonio Vaz, Pedro Kemp e Paulo Corrêa.* ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS –*** *Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar*

a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 17 de outubro de 2024 Ofício nº 128/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), respondendo à indicação do deputado Junior Mochi (Prot. nº3006/2024); Ofícios nºs 1478 e 1479/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2976, 2981/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a leitura de uma moção de congratulação à senhora Jucli Stefanello, pelo lançamento da obra "Herança de Força - a Jornada Inspiradora de uma Mulher Resiliente". A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos ideais e aspirações do povo sul-mato-grossense, por proposição do deputado estadual Pedro Kemp, aprova a moção de congratulação à senhora Jucli Stefanello, pelo lançamento da obra "Herança de Força - A Jornada Inspiradora de uma Mulher Resiliente", no dia 17 de outubro de 2024. Jucli é advogada, professora aposentada, e durante o isolamento da pandemia da Covid-19 descobriu um novo propósito e escreveu um livro que dá destaque às mulheres de sua família, com o intuito de que suas lutas jamais sejam esquecidas. O livro inclui sua história pessoal, suas origens, como se tornou doadora de rim, e sua participação como fundadora da Cassems. Além do caráter autobiográfico e do relato do período pandêmico, Jucli faz um registro da trajetória das mulheres de sua família, homenageando e valorizando a identidade de cada uma. Assim como Jucli, essas mulheres sempre foram atuantes em causas sociais e se dedicam a situações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Com a palavra, o deputado Caravina. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia. Quero fazer uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), senhor Guilherme Alcântara e ao diretor-presidente da Agência de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização da pavimentação da rodovia MS-355, que liga o município de Terenos a Dois Irmãos do Buriti. Justificativa. A referida rodovia é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de ambas localidades, sendo um corredor essencial para o escoamento da produção agrícola, especialmente da avicultura, pecuária e outras

culturas relevantes na região, além de ser fundamental para o deslocamento dos moradores. Esse é um pleito da Frente Parlamentar da Avicultura, que inclusive tem feito várias reuniões com os produtores de aves que nesta região é produzida principalmente para exportação. O frango Griller é menor, mais levinho, é abatido aos vinte e oito dias e. precisa ter um quilo e meio, mais ou menos, porque acima desse peso ele passa do padrão, causando prejuízo para os produtores. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui fazer um requerimento à Fundação de Cultura do Estado do Mato Grosso do Sul, solicitando informações sobre os recursos da Lei Paulo Gustavo. No início do ano passado eu e o deputado Pedro Kemp fizemos uma audiência pública para discutir esse assunto e posteriormente vários deputados entraram em contato com as prefeituras para garantir que os setenta e nove municípios participassem desta lei. Foi uma grande vitória, mas desde então eu tenho recebido várias reclamações das organizações culturais, dizendo que o recurso não chegou. Vários projetos já foram protocolados, o período da execução já passou, e o recurso do governo federal, de mais de cinquenta e dois milhões, se encontra na Fundação de Cultura e os grupos sequer têm resposta ou sabem o que está acontecendo. Temos também outros grupos, como o de Dourados, que quer fazer a organização do trabalho do dia 20 de novembro e ainda não tem qualquer resposta. Como é que vai ficar? O recurso vai chegar depois de passado o período da execução? Hoje à tarde haverá uma reunião que eles estão chamando de chá revelação, para que a Fundação de Cultura esclareça essa situação e diga o que está acontecendo com esse recuso. Nós queremos fortalecer esse movimento e para isso estamos apresentando um requerimento ao senhor Eduardo Mendes Pinto, solicitando esclarecimento sobre as seguintes questões: o fornecimento de uma relação detalhada de cada um dos processos envolvendo as referidas políticas com o respectivo prazo de término de execução e pagamento; uma relação detalhada dos suplentes, incluindo o saldo dos rendimentos dos recursos, planejamento, previsão de execução; se critérios adotados foram vaga ou por área; se as cotas estabelecidas foram respeitadas; se medidas concretas para garantir que a execução do PNAB não repita os desafios enfrentados na execução da LPG. Além disso, solicita-se também o esclarecimento sobre o motivo do atraso nos repasses dos recursos da Lei Paulo Gustavo, cujo pagamento foi iniciado no começo do ano, mas não foi finalizado; quantos editais aguardam o pagamento; o lançamento dos editais do PNAB, considerando que as escutas realizadas no estado foram feitas de forma breve, com baixa mobilização e que o atraso na execução da LPG impacta a abertura dos editais; a situação dos pagamentos dos pareceristas, haja vista que ainda há profissionais relatando que não receberam pelos serviços prestados na análise dos projetos submetidos à Lei Paulo Gustavo; justificativa para o não lançamento do fundo de investimento cultural do FIC no corrente ano e previsão de abertura. Essa foi uma pauta que nós debatemos aqui na Assembleia Legislativa e nada mais justo que a Fundação de Cultura nos esclareça essa situação. Quero apresentar uma moção de apoio ao segundo vereador eleito mais votado em Dourados, Franklin Schmalz. Ele é um dos vereadores assumidamente LGBTQIA+, e vem sofrendo, da extrema-direita, ataques cruéis a sua orientação sexual. Essa moção de apoio ao Franklin, ressalta a importância dessa luta e a garantia de que todas as pessoas podem participar de um processo eleitoral com segurança. Nós precisamos garantir que a política seja um espaço seguro para as mulheres, para as pessoas LGBTQIAPN+, para a população negra, para que todos possam participar. Vou fazer a leitura da

moção: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada Gleice Jane, aprova esta moção de apoio ao vereador Franklin, em razão dos ataques homofóbicos sofridos recentemente". Vale ressaltar que Franklin incluiu a pauta LGBTQIAPN+ em sua plataforma de governo, enquanto candidato a vereador na cidade de Dourados, e desde então tem enfrentado uma onda de ódio e preconceito manifestada principalmente por meio das redes sociais e aplicativos de mensagens. Esses ataques configuram uma grave afronta à condição de existência de toda a comunidade LGBTQIAPN+, como bem alertou a filósofa Hannah Arendt o perigo da banalização do mal reside na indiferença com que atos violentos e discriminatórios são vistos pela sociedade. A defesa dos direitos humanos inclui os direitos LGBTQIAPN+, e esta é uma causa urgente, necessária, especialmente em um país onde, em 2023, mais de duzentas e trinta pessoas LGBTQUIAPN+ foram assassinadas, número que coloca o Brasil no ranking de maior violência contra a comunidade. A defesa da igualdade da inclusão e da diversidade é de suma importância para garantia da cidadania plena e da defesa da dignidade da pessoa humana. A violência contra as minorias acomete milhares de brasileiros e brasileiras diariamente, reforçando o papel de cada um de nós em dizer basta a essas violências. Essa moção de apoio é, portanto, um gesto de solidariedade, e também um chamado ação ao posicionamento contra a homofobia e qualquer forma de violência que visa negar a diversidade e a vulnerabilidade às minorias. É essencial que Franklin se sinta seguro para cumprir o seu papel como vereador, enfrentando os debates e os desafios para os quais foi legitimamente eleito. Sabemos que sua trajetória de resistência e luta pela igualdade inspira não só a comunidade LGBTQIAPN+, mas toda a sociedade douradense. Franklin é um menino jovem que com certeza fará grande diferença na Câmara Municipal pela sua condição intelectual, de mobilização de história em defesa da educação e das lutas sociais. Acredito que esses ataques não são somente pela sua orientação sexual, deputado Pedro, mas também pela qualidade do trabalho que o Franklin irá executar dentro da Câmara Municipal. Nós sabemos que quem tem essa capacidade no espaço da política é atacado de outras formas para minar o debate sério da política. Então, apresento essa moção de apoio ao Franklin, em função dos ataques que ele vem sofrendo, mas também porque precisamos garantir que a política seja um espaço de debate sério e importante, onde todas as pessoas estejam seguras. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes,

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares, muito bom dia àqueles que nos honram com sua presença neste Plenário e também que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero que fazer uma indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando estudos para o recapeamento da rodovia MS-010, especificamente no trecho do Anel Rodoviário Ricardo Trad. A presente indicação encontra justificativa nas reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com o seu precário estado de conservação. Moção de aplauso. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso à senhora Lavinha da Silva Miyata, pela medalha de ouro de tênis

de mesa nos jogos escolares brasileiros realizados em Recife. É o que tinha senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença, neste Plenário, do senhor Agnaldo Eber Paixão, vereador do município de Mundo Novo; do Marcos Lino, vereador do município de Bela Vista; do André Ricardo Biscaro, vereador do município de Naviraí; da Eliete Feitosa, vereadora do município de Mundo Novo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou corrigir. A Eliete é conhecida como Neguinha do PT, foi reeleita, e é uma vereadora atuante e combativa do Partido dos Trabalhadores. Senhor presidente, eu pedi pela ordem, para fazer um registro que considero muito importante, e quem vai gostar disso também é o deputado Zeca do PT. O governo federal trabalha na elaboração de um plano que visa a substituição de agrotóxicos altamente tóxicos e perigosos, para insumos biológicos, informação essa anunciada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. O plano ainda está em fase de elaboração, não há uma data para o lançamento da medida, mas o objetivo é mapear, fazer um programa envolvendo Embrapa, as universidades, as empresas, e fazer a substituição dos bioinsumos, por biológicos. O presidente Lula bateu o martelo e agora vai fechar a portaria que institui o programa. O ministro da Secretaria Geral, Márcio Macedo, comentou a medida, dizendo que não é razoável que os agrotóxicos que são proibidos na Europa e em outros locais tenham livre comercialização aqui no Brasil, por que isso só atenta contra a saúde do nosso povo e da nossa gente. Então, sem nenhum tipo de perseguição, nós vamos fazer um debate na sociedade para que esse processo de substituição seja na direção de uma alimentação saudável. As declarações ocorreram no Palácio do Planalto, em Brasília, e o governo anunciou uma série de medidas voltadas para o abastecimento alimentar e a produção orgânica. Eu até fiz uma crítica à ministra da Agricultura Teresa Cristina, que estava à frente da pasta na época, que liberou mil quinhentos e sessenta tipos de agrotóxicos, alguns desses produtos são proibidos em outros países, por que atentam contra a saúde humana e contra o meio ambiente. Hoje, no Brasil, termos quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro agrotóxicos liberados em atividades agrícolas ou não, e desses, mil quinhentos e sessenta foram concedidos no governo do inelegível. Importante lembrar que há muitas pesquisas sendo realizadas que fazem uma vinculação do uso desses agrotóxicos na agricultura, na produção de alimentos à determinadas doenças que estão acometendo a nossa população. Nós temos muitos tipos de câncer, muitos tipos de doenças neurodegenerativas, inclusive o autismo já está sendo relacionado aos agrotóxicos. Nós precisamos de uma medida como essa que o nosso governo está tomando, para substituir determinados tipos de agrotóxicos por bioinsumos na produção orgânica, nós temos que caminhar para alimentos mais saudáveis. O MST produz alimentos orgânicos no Brasil e tem feito uma campanha muito forte nesse sentido. Eu quero fazer esse registro, senhor presidente, para dizer que é necessário parar de consumir veneno com os alimentos que nós estamos comprando, e passarmos a ter uma alimentação mais saudável com a produção orgânica. Era isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres deputados e a todos que estão aqui nesta Casa de Leis. Eu trago um projeto de lei que cria o programa de incentivo à utilização de músicoterapia como tratamento terapêutico complementar para pessoas com deficiência, síndromes, ou Transtorno do Espectro Autista. Atualmente, uma em cada cem pessoas possuem Transtorno do Espectro Autista e, de acordo com a ONU, já são mais de setenta milhões de pessoas diagnosticadas com autismo, no mundo. A música exerce um poder terapêutico indescritível na vida dessas pessoas, visto que os benefícios são alcançados a curto, médio e longo prazo, os resultados alcançados podem ser mantidos por toda vida, e de acordo com a individualidade de cada caso é possível observar o envolvimento do autista já nas primeiras sessões. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Campo Grande, solicitando asfaltamento na rua Pedro Lopes de Souza, lateral da Apae do bairro Pioneiros; o encascalhamento e patrolamento das ruas Antônio Sevilha e Joaquim Barbosa de Souza, no bairro Jardim Botânico. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, só para informar oficialmente a esta Casa sobre o Projeto de Lei nº 5885/2022, de minha autoria, que obriga as empresas prestadoras de serviço de internet móvel e de banda larga, na modalidade pós-paga, a apresentarem informações na fatura mensal sobre a entrega diária de velocidade de recebimento e envio de dados pela rede mundial de computador. Essa lei foi aprovada por esta Casa em 2022, e a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal, inclusive foi o doutor Fábio que me alertou a respeito. Isso é importante porque fortalece o Poder Legislativo estadual. Tenho o acórdão aqui em mãos, e por maioria, 7 x 3, foi decidido pela constitucionalidade da Lei nº 5.885 que trata desse tema que falei agora. Com os votos pela constitucionalidade da lei, o Poder Legislativo estadual pode legislar, até porque é competência concorrente, com relação à concessionária de serviço público quando se tratar de direito do consumidor. Essa lei de minha autoria é uma importante vitória, não minha, mas do Poder Legislativo que poderá legislar sobre esse tema. Portanto os deputados estaduais terão o direito de legislar sobre o direito do consumidor, mesmo quando se tratar de concessionária de serviço público. Votaram a favor: os ministros Alexandre Moraes, Carmen Lúcia, Edson Fachin, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Roberto Barroso, e votaram contra apenas a ministra Rosa Weber e os ministros André Mendonça e Gilmar Mendes. Portanto, com o acordão publicado, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul poderá legislar sobre questões ligadas às concessionárias de serviço público quando se tratar de direito consumidor, como é o caso dessa lei. Por exemplo, o consumidor compra um pacote de dados com cem gigabyts e recebe somente cinquenta. É a mesma coisa que comprar um carro e receber uma bicicleta. Então, com essa publicação do acórdão, o Poder Legislativo estadual poderá legislar sobre questões ligadas à concessionária de serviço público, quando se tratar de direito do consumidor. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, em tempo, quero aqui apresentar mais uma indicação ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de estado de Administração, senhor Frederico Fellini, solicitando que seja encaminhado um projeto de reestruturação e reorganização do Plano de Cargos e Carreiras do quadro de pessoal da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, para alinhar questões importantes, como a valorização dos servidores da Fundtur. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero fazer um registro que reputo importante. Durante a campanha eleitoral de 2022, deputado Coronel David, o presidente Lula foi atacado de tudo que é forma pela extrema direita, pelo setor mais reacionário da política brasileira. A história que se contava era de que Lula ia fechar a igreja, que ele ia criar o banheiro bissexual, unissex, que ele ia tomar terra não sei de quem, uma política exageradamente voltada para criar um clima de terror. Passado um ano meio, mais precisamente antes de ontem, deputado Coronel David, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Lula sancionou, no Palácio do Planalto, a lei que cria o Dia da Música Gospel. Durante a solenidade um dos mais destacados membros do Parlamento fez o seguinte discurso: "Na história recente do Brasil, que antes era ameaçada, o senhor sancionou a lei da liberdade religiosa no Brasil, e a partir de agora é livre o direito de criar uma igreja e praticar uma religião. Quis Deus que fosse agora no seu governo, presidente Lula, sancionada a lei que cria o Dia Nacional da Música Gospel, e que fosse pelas mãos de Vossa Excelência, que foi acusado de que ia fechar as igrejas, tal direito fosse garantido. Talvez estejamos entre os brasileiros mais contemplados pelos programas sociais do seu governo, já que os mais pobres e necessitados, os quais Jesus sempre dedicou a maior parte do seu tempo, formam a maioria esmagadora dos nossos irmãos. A visão social de seus governos, presidente Lula, faz com que essa gente humilde de Deus tenha condições de comer, por causa do Bolsa Família, e de morar, por causa da Minha Casa Minha Vida". Concluo, senhor presidente, dizendo que esse discurso não é de nenhum petista, esse discurso é um deputado federal, evangélico, dos mais destacados do Congresso Nacional. Cai por terra a patifaria que a extrema direita fez tentando criar clima de terror, condenando Lula àquilo que não merecia. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, daqui um ano vence a lei que exige que todos os produtores rurais ratifiquem suas propriedades nas faixas de fronteira. Esse é um grande problema que nós precisamos enfrentar nesta Casa, e eu estou organizando uma audiência pública porque hoje são mais de trinta mil propriedades em área de fronteira que precisam levar aos cartórios um rol de documentos. Eu me preocupo porque se essa legislação

não for cumprida, o governo federal poderá assumir essas seis mil propriedades e colocar na tão esperada prateleira de propriedades rurais. O deputado Zeca colocou aqui que o presidente Lula quer organizar essa prateleira de propriedades, porque segundo os levantamentos feitos pela Agraer, em torno de seis mil propriedades não conseguem cumprir a legislação. Nós temos um ano para organizar a ratificação dessa lei e após esse prazo o governo federal poderá assumir essa seis mil propriedades e colocar na tão esperada prateleira de propriedades rurais. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões, e ao secretário municipal de Saúde, senhor Waldno Pereira de Lucena Júnior, solicitando a realização de um estudo técnico para destinação dos profissionais de saúde, entre eles, médicos e enfermeiros, para atuarem na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município de Dourados. Essa proposta visa atender a solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar, através do senhor Weverton Mathias. Considerando o aumento da demanda por serviços de saúde e a importância de se garantir atendimento de qualidade à população local, é fundamental que seja realizado um levantamento preciso nas necessidades de recursos humanos a fim de otimizar o funcionamento da UPA, assegurar a cobertura adequada e melhorar a eficiência no atendimento aos pacientes. Dessa forma, solicito que a equipe técnica conduza o estudo, levando em consideração fatores como o volume de atendimentos, a diversidade de casos clínicos, e as especificidades da população atendida a partir dos resultados obtidos. Espera-se que seja possível viabilizar a alocação de profissionais para garantir o pleno funcionamento da unidade e a devida assistência à comunidade. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: uma moção de pesar (Prot. nº 03217/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: um projeto de lei (Prot. nº 03212/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 03213/2024, 03214/2024, 03215/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: um projeto de lei (Prot. nº 03221/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: um projeto de lei (Prot. nº 3220/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 03224/2024, 03223/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 03216/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 03222/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira, Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Em face do elevado número de projetos de resolução de títulos e insígnia do mérito legislativo, gostaria de solicitar à Vossa Excelência que essas homenagens sejam votadas em bloco.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para a deliberação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu corroboro a sugestão do deputado Coronel David, assim como fizemos na CCJR, separamos no agrupamento o que é Título de Cidadão do que é Comenda do Mérito Legislativo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou fazer uma consulta ao Plenário a respeito da solicitação do deputado Junior Mochi e da questão de ordem do deputado Coronel David. Só para justificar, deputado Junior Mochi, eu não vou conseguir fazer separado por causa da publicação do Diário Oficial e do lançamento que já está no painel. Eu tenho um número de comendas e títulos e tenho outro número de comendas e títulos, e se eu tiver que separar agora vou ter que parar meia hora, então nós vamos fazer a votação do jeito que está no painel. Aqueles que concordam que seja em bloco, permaneçam como se encontram, caso contrário, se manifeste. Aprovado. Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 214/2024. Autor: Poder Judiciário. "Cria a Vara Judicial na estrutura do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e promove alterações e criação de vara na Comarca de Paranaíba". Gostaria de parabenizar a comarca de Paranaíba que comemora cento e cinquenta anos. Estarão presentes no evento o Tribunal de Justiça e o nosso governador. Item 1. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 214/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (S/Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 09/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, visando a adequação das exigências previstas na legislação federal para o ingresso nos cargos de Agente de Polícia Judiciária e de Agente de Polícia Científica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 09/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa – PSDB.

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (S/Partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 208/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 1102, de 10 de outubro de 1990, e dá outras providências, para adequação legislativa, com a transferência da regulamentação do auxílio-invalidez da Lei nº 3.150/2005 (lei que institui o RPPS, denominado MSPrev), para a Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Estatuto do Servidor Público do Estado de Mato Grosso do Sul), para atender a notificação e evitar a obstaculização da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

'Projeto de Lei nº 208/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 209/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação das Tabelas II constantes dos Anexos I e III da Lei nº 5.175, de 6 de abril de 2018, que dispõe sobre a reorganização das carreiras Gestão do Sistema Único de Saúde e Gestão de Serviços Hospitalares do Grupo Saúde Pública". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 209/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em discussão única. Os Itens 5 a 81 são Comendas de Mérito Legislativo e Títulos de Cidadão. Para uma leitura rápida, estaremos votando os Projetos de Resoluções e as Comendas de Mérito Legislativo nºs 022, 037, 042, 043, 045, 050, 053, 055, 056, 057, 058, 060, 064, 065, 066, 067, 069, 071, 072, 073, 074, 078, 079, 085, 086, 087, 096, 101, 102, 103, 105, 107, 109/2024. E os Títulos de Cidadão nºs 021, 026, 029, 030, 033, 035, 036, 038, 039, 040, 041, 044, 046, 047, 048, 049, 051, 052, 054, 059, 061, 062, 063, 068, 070, 075, 076, 077, 080, 081, 082, 084, 089, 091, 092, 094, 095, 097, 098, 099, 100, 104, 106, 108/2024. Autores: deputados Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Caravina, Zeca do PT, Lia Nogueira, Gerson Claro, Coronel David, Pedrossian Neto, Junior Mochi, Antonio Vaz, Gleice Jane, Lidio Lopes, Lucas de Lima, Renato Câmara, Neno Razuk, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. As Comendas de Mérito Legislativo e Títulos de Cidadão serão votadas em bloco.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovadas as comendas, conforme publicação dos nomes e currículos no Diário Oficial. Quero cumprimentá-los pela honraria da Assembleia. Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, peço pela ordem para fazer um comunicado. Ontem tive a oportunidade de ser recebido, em audiência, pelo secretário de estado de Administração, Frederico Fellini, justamente para fazer a reivindicação e a cobrança sobre as questões relacionadas ao auxilio-saúde, de modo especial os grupos dos técnicos administrativos da Secretaria de Fazenda. O secretário assumiu o compromisso de encaminhar os projetos de lei para esta Casa, no decorrer da próxima semana. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos e nove indicações... Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Presidente, quero pedir vista do Item 1 da pauta de requerimentos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concedido vista, deputado. Vamos votar um requerimento e nove indicações. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Solicito aos senhores deputados que mantenham o treinamento para a corrida no dia 26, lembrando que a deputada Gleice está preparadíssima. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (10h44min).